

SOBRE A CONVIVÊNCIA COMO VALOR NAS ESCOLAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E DE PESQUISA

SOBRE LA CONVIVENCIA COMO VALOR EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS: EXPERIENCIAS FORMATIVAS Y DE INVESTIGACIÓN

COEXISTENCE AS A VALUE IN PUBLIC SCHOOLS: TRAINING AND RESEARCH EXPERIENCES

Maria de Fátima Barbosa ABDALLA¹

Digo: O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (GUIMARÃES ROSA, 1994, p. 52).

Tenho inúmeras razões para agradecer, de forma especial, à organizadora deste Dossiê pelo convite para contribuir com esta obra por meio deste prefácio. Também agradeço a todos os autores, que apresentaram suas reflexões sobre os problemas de convivência nas escolas públicas e que, de alguma forma, apontam para o significado de se construírem políticas públicas que garantam que esta temática seja vivenciada de modo efetivo na educação brasileira.

Em primeiro lugar, posso lhes dizer que se trata de uma obra realizada por meio de intervenções e escritas plurais, que trazem a marca das relações de trabalho e de pesquisa frente à temática da convivência como valor nas escolas públicas. Marcas estas que foram sendo delineadas em tempos de incertezas traduzidas, de um lado, por um contexto pandêmico e por políticas neoliberais; e, de outro, pelas formas de resistência na garantia dos direitos sociais e de uma educação mais justa e inclusiva (ABDALLA, 2021; ARROYO, 2019; SANTOS, 2020).

Como diria Guimarães Rosa (1994), o “real” foi se dispondo, para nós, “no meio da travessia”. É que travessia! Neste sentido, para ser bem mais precisa, é preciso explicitar que vivenciamos um processo permeado por implicações políticas, sociais, teóricas, metodológicas e, principalmente, afetivas. Processo que resultou em saberes teóricos e práticos, que puderam ser traduzidos em experiências formativas e de pesquisa.

¹ Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos – SP – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8290-959X>. E-mail: mfabdalla@uol.com.br

Dentre os saberes teóricos e práticos, muitos dos textos aqui desenvolvidos foram construídos a partir do projeto de pesquisa intitulado “A Convivência como valor nas escolas públicas: implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais”, coordenado por Luciene Tognetta (2022) e com participação efetiva dos membros e parceiros do GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral. Também, este Projeto foi financiado pela Fundação Itaú Social/FIS e pela Fundação Carlos Chagas/FCC conforme um edital de pesquisa. Além disso, neste conjunto de textos, há a presença de outros autores nacionais e internacionais que vêm contribuindo, já há algum tempo, com estudos e pesquisas em torno da temática aqui proposta.

Seja como for, uma coisa é certa: foi possível experimentar o desenrolar deste projeto de pesquisa e sentir, de perto, a vontade coletiva de todos os envolvidos na direção de impulsioná-lo por meio dos desejos e ações, que refletiam, sobretudo, a necessidade de organizar e implementar espaços e/ou procedimentos de intervenção e prevenção aos problemas de convivência. Tratou-se, assim, de um trabalho de conscientização, porque se teve por meta, como diria Paulo Freire (1997, p. 122), a luta por “[...] um ato de intervenção no mundo”. E, nesta perspectiva, foi possível, também, aprender a “[...] *construir, reconstruir, constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 1997, p. 77, grifo do autor).

Com efeito, foram experiências formativas e de pesquisa que problematizaram algumas questões-chave, indicando possibilidades e/ou limites de um trabalho coletivo e colaborativo como este. Dentre as possibilidades, anuncio um conjunto de aspectos positivos que, a meu ver, apontam para um processo de formação e de pesquisa, por meio das intenções e ações propostas, das relações interpessoais, que foram se fortalecendo entre os envolvidos, e da construção de uma rede de experiências formativas e de conhecimentos.

Quanto às intenções e ações propostas, destaco que as elas giravam em torno de se (re) construir um plano para a convivência e/ou uma cyberconvivência respeitosa, a fim de que se pudesse articular, de fato, a escola, a família e a rede de proteção em uma mesma direção: promover a convivência ética, democrática e a prevenção da violência nos contextos escolares (TOGNETTA, 2022).

É importante acentuar o quanto o desenvolvimento deste Projeto foi imbuído de relações interpessoais, que se concretizaram em relações afetivas, de cooperação e solidariedade e se constituíram em vínculos em defesa de um mundo mais justo e apaixonado. Vínculos estes que foram se fortalecendo nos “n” encontros de formação e de pesquisa que foram realizados, no âmbito do GEPEM, das Escolas envolvidas, assim como nas Diretorias Regionais e na

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Encontros que se estenderam de forma presencial e, depois da pandemia, de modo virtual; e que acabaram por incluir supervisores, gestores, professores e estudantes da rede estadual pública. Com o passar do tempo, também foram se engajando professores, tutores e estudantes da rede privada de várias regiões brasileiras por meio das Equipes de Ajuda, que também “abraçaram” esta proposta. Além disso, tiveram presença nesse processo de formação e de pesquisa alguns atores da rede de proteção de diferentes órgãos, tais como: Conselho Tutelar, Ministério Público, Assistência Social e Saúde. Essas relações geraram (e geram) um campo de significados e de espaço social de pertencimento.

Nesta direção, é importante entender, como afirma Gimeno Sacristán (2002, p. 128), que as *relações afetivas* são sempre traduzidas na “forma mais elementar de estar presente no outro, de ser reconhecido por ser a pessoa que se é [...]”. As *relações de cooperação* também podem ser compreendidas como uma outra modalidade de sociabilidade, em que os sujeitos mantêm vínculos e “se identificam pessoalmente entre si e se reconhecem como possuidores de determinadas qualidades para alcançar certos objetivos ou valores compartilhados pelos cooperadores” (GIMENO SACRISTÁN, 2002, p. 131). E as *relações de solidariedade* partem, ainda, de acordo com o autor, “do reconhecimento de que certas necessidades, qualidades ou condições do outro podem ser satisfeitas ou melhoradas com as contribuições de quem se solidariza” (p. 132).

Posso destacar, assim, que essas relações fortaleceram não só a participação dos sujeitos envolvidos, mas aprofundaram, sobretudo, a sua formação, ao colocar em pauta um campo de significados na construção de uma rede de relações. Chamo aqui a atenção para a construção de uma rede, pois foi possível não só integrar e acolher diferentes atores/agentes para refletir sobre a convivência como valor nas escolas públicas, mas, em especial, introduzir e discutir modos de agir necessários, para que este tema pudesse ser uma condição para a educação brasileira como aponta o primeiro artigo.

Estamos, assim, considerando que se trata de uma rede, entendendo, junto com Canário (2003), que uma rede se forma, quando contempla questões de caráter funcional, de inovação e de formação. Nesta perspectiva, o autor explicita que é preciso posicionar-se com “um triplo ponto de vista” a este respeito, considerando: “o ponto de vista da funcionalidade, o ponto de vista da inovação e o ponto de vista da formação” (CANÁRIO, 2003, p. 135).

Ao analisar o percurso da pesquisa desenvolvida, também entendo que ela contemplou a formação de uma *rede* de intenções, ações e relações interpessoais entre diferentes grupos e/ou instituições, porque:

1º Sob o ponto de vista da *funcionalidade* – foi possível observar que os objetivos propostos e as ações anunciadas já indicavam algumas *funções*, tais como: organizar espaços de formação, materiais de apoio, promover a integração da escola com os demais órgãos integrantes da rede protetiva e orientar a implementação de procedimentos de intervenção e prevenção aos problemas de convivência;

2º Sob o ponto de vista da *inovação* - à medida em que se oportunizavam condições pedagógicas e de trabalho, mesmo em tempos pandêmicos, também foram mobilizados os sujeitos envolvidos para ressignificassem seus saberes e práticas, fazendo “[...] dos projetos de vida seus próprios trajetos ao mesmo tempo em que transformam seus trajetos em projetos de ação e de formação” (ABDALLA, 2015, p. 225-226). Em outras palavras: observamos que os gestores e professores das escolas envolvidas puderam promover práticas pedagógicas mais inovadoras na condução de suas “intervenções, decisões e processos”, conforme aponta Carbonell Sebarroja (2001, p. 17). E isso ocorreu ao replicarem, nas diferentes escolas, as propostas discutidas nos seminários formativos, nos cursos de formação e, mesmo, em outros eventos (ou *lives*) que tiveram oportunidade de participar;

3º Sob o ponto de vista da *formação* – quando se pensou no processo de formação para apoiar as mudanças desejadas e necessárias, a fim de se colocar em questão a convivência e/ou a cyberconvivência e os demais temas daí decorrentes, este processo revelou um pouco do resultado do jogo das relações sociais e profissionais dos agentes/atores envolvidos, em um sentimento de pertença, que formou a identidade deste Projeto e dos sujeitos que o integraram. Identidades que foram sendo (re) construídas pela participação coletiva e colaborativa dos diferentes sujeitos, e que puderam socializar saberes, em seus diferentes espaços de atuação, dando um *corpus* a esta rede de formação e de conhecimentos.

Ainda no âmbito da formação, reconhecemos também que as opções teórico-metodológicas, adotadas na condução deste Projeto, estão apoiadas em princípios construtivistas e na abordagem metodológica da pesquisa-ação e podem ser analisadas ao percorrer cada um dos textos aqui anunciados. Por outro lado, é preciso destacar que este processo de formação e de aprendizagem foram sempre na perspectiva de se fazer deste exercício de trabalho um *objeto de reflexão e pesquisa* e uma *experiência*. O que implicou, efetivamente, uma formação voltada para a sensibilização, para o domínio de conteúdos e para

as trocas de experiências, que possibilitaram discutir dados teórico-práticos, em especial, ao se colocar em pauta o contexto escolar e os problemas que aí ocorrem, assim como as formas possíveis de superá-los. Nesta perspectiva, acentuou-se a relação entre a *pesquisa* e a *ação*, ou seja, a forma como essa articulação estava se processando, ressignificando saberes, criando circuitos, estabelecendo diálogos “[...] entre profissionais e instituições que permitam a circulação de problemas e de estratégias de soluções” (CANÁRIO, 2003, p. 136).

Diante desses aspectos positivos, que indicam as muitas possibilidades de experiências formativas e de pesquisa que foram desenvolvidas, também se poderiam assinalar alguns limites e/ou desafios do percurso e de como foram pensadas as estratégias de superação. Dessa forma, por conta da pandemia, quando tivemos um isolamento social, foi necessário mudar a rota da pesquisa, porque as escolas tiveram que fechar suas portas e professores e alunos tiveram que enfrentar os desafios do ensino remoto, como também indicam os autores em diferentes textos aqui apresentados.

Neste sentido, foi preciso superar alguns obstáculos pelo caminho, tais como: 1º a mudança das políticas no interior da Secretaria de Educação de São Paulo e as alterações no Programa “Conviva”, conforme destaca um dos artigos; 2º a desistência de um dos polos – devido, também, aos problemas políticos e à intensificação dos trabalhos, fazendo com que a pesquisa continuasse a se desenvolver somente em duas Diretorias Regionais de Ensino, e; 3º a reorganização da retomada, com a elaboração de um novo diagnóstico, para enfrentar, de um lado, os problemas de sofrimento emocional, as cyberagressões e as violências sofridas por crianças e adolescentes; e, de outro, as necessidades de formação para docentes e gestores, tendo em vista esta nova realidade (TOGNETTA, 2022).

Desse modo, foi preciso pensar, coletivamente, nas necessidades como perspectivas de mudança e formas propositivas de resistência, para transpor os obstáculos enfrentados pelo cotidiano escolar nesses tempos tão difíceis. E, neste enfrentamento, algumas das questões-chave do percurso deste Projeto são problematizadas por meio dos resultados apresentados em cada um dos textos. Resultados estes que se expressam no significado de se garantir direitos às crianças e adolescentes, por meio de programas que, efetivamente, possam promover a melhoria do clima relacional e de segurança nas escolas.

Também há um outro lado importante a se considerar e que diz respeito à formação de professores, quando se tem em mente promover a convivência ética e prevenir a violência na Escola. Neste sentido, os resultados indicados reforçam que uma das tarefas da escola é o de abrir espaços para que se promova um ambiente de trabalho cooperativo e colaborativo, que

fomente formas de diálogo, participação e de reflexão sobre a convivência entre os atores da Escola.

Ainda, outra vertente de resultados está associada à temática do sofrimento emocional em crianças e adolescentes, em especial, devido ao contexto pandêmico e ao isolamento social daí decorrente. A partir das análises realizadas, os artigos referentes a este tema apontam para a urgência de ações que possam solucionar problemas relacionados ao medo, à ansiedade, à solidão e até à automutilação, e ainda assinalam a importância de se proporcionar formas assertivas de resolução de conflitos e de manifestação de sentimentos desses estudantes. Por outro lado, também reforçam a necessidade dos atores escolares se aterem para algumas diferenças significativas relacionadas às questões de gênero e de origem étnico-racial.

Além disso, será necessário, como aponta um dos textos, que se tenha um olhar específico para a convivência entre adolescentes nos ambientes virtuais, tendo em vista os problemas relacionados à cyberconvivência e à cyberagressão. E, nesta perspectiva, o artigo destaca a necessidade de se analisar como se dão as interações virtuais e como estes adolescentes vêm experimentando a dor e o sofrimento nestas formas de convivência.

No enfrentamento desses problemas de convivência, também há resultados de pesquisas que colocam em pauta, por exemplo, o significado da empatia nas relações interpessoais. Neste sentido, estes resultados oportunizam reflexões sobre como os próprios estudantes podem se sensibilizar com o sentimento de seus colegas, quando se abrem espaços de convivência escolar.

Por tudo isso, considero que é preciso, como já assinalou Gimeno Sacristán (1999), que se amplie a base social de apoio à educação pública e à escola pública, porque seu projeto se fundamenta nos princípios da democratização real do acesso e permanência de todos/as à educação. Nesta direção, insisto que a temática da convivência é imprescindível, porque ela contribui para fortalecer os laços de solidariedade tão necessários nos contextos escolares de hoje. Entretanto, é preciso que haja políticas públicas que cheguem às escolas e que seus atores/agentes possam também se comprometer para levar adiante este tema, alterando, se necessário, o próprio currículo escolar e/ou os modos de intervir na realidade escolar.

Por fim, pelas razões aqui expostas, cumprimento, novamente, a organizadora e os autores pela relevância e qualidade dos textos, que tratam de uma temática tão importante e necessária para nossas reflexões. Desejo aos leitores e às leitoras, que tirem o melhor e necessário proveito das ideias desenvolvidas, no sentido de apreender as diferentes abordagens aqui apresentadas, que constituem possibilidades para novas experiências formativas e outras pesquisas. Entretanto, espero, ainda, que possam ter um olhar não só para o tratamento teórico-

prático que os autores deram aos seus textos, mas, sobretudo, para a sensibilidade que a temática da convivência nos remete. E, neste sentido, insiro as palavras de Carlos Drummond de Andrade (2002, p. 1256), quando nos deixou este breve *lembrete* poético:

Se procurar bem, você acaba encontrando.
Não a explicação (duvidosa) da vida,
Mas a poesia (inexplicável) da vida.

Por fim, considerando estes tempos de complexas mudanças sociais, políticas e culturais, e sem abrir mão do rigor, da seriedade e de uma reflexão crítica a respeito dos textos aqui desenvolvidos, espero que todos/as possam se entregar à leitura, também, com sensibilidade e esperanças. Esperanças, para que possamos encontrar, como nos diz Drummond de Andrade, “a poesia (inexplicável) da vida”, a fim de que acreditemos ser possível lutar em defesa de uma Educação mais justa, que reconheça o pluralismo de ideias, o diálogo, a tolerância, a ética pedagógica, e, sobretudo, a convivência como valor nas escolas públicas. Que todas/os tenham uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. F. B. Saberes da docência: Definindo pistas para inovar as práticas pedagógicas. **Rev. Educ. PUC-Camp.**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 215-227, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2909>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ABDALLA, M. F. B. Relações de incerteza e exclusão: É possível pensar em estratégias para a educação em tempos de pandemia? **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-10, e-15972.048, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ARROYO, M. G. **Vidas ameaçadas**: Exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis: Vozes, 2019.

CANÁRIO, R. Formação e mudança no campo da saúde. In: CANÁRIO, R. (org.). **Formação e situações de trabalho**. Porto: Porto Editora, 2003.

CARBONELL SEBARROJA, J. **La aventura de innovar el cambio en la escuela**. Madrid: Ediciones Morata S.L., 2001.

DRUMMOND DE ANDRADE, C. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em Educação**. Tradução: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Educar e conviver na cultura global**: As exigências da cidadania. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

TOGNETTA, L. R. P. (coord.). **A Convivência como Valor nas Escolas Públicas**: a implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais. 1. ed. Americana: Editora Adonis, 2022. Disponível em: <https://www.somoscontraabullying.com.br/convivencia-na-escola-publica>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Como referenciar este artigo

ABDALLA, M. F. B. Sobre a convivência como valor nas escolas públicas: Experiências formativas e de pesquisa. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp. 3, e022090, jul. 2022. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26iesp.3.16950>

Submetido em: 15/11/2021

Revisões requeridas: 20/02/2022

Aprovado em: 19/05/2022

Publicado em: 01/07/2022